



REQ
00004/2020

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Omar Aziz

REQUERIMENTO Nº , DE 2020 – CAE

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, na área da saúde (planos de saúde), notadamente no que se refere a **QUESTÃO DOS REAJUSTES ANUAIS ACIMA DA INFLAÇÃO AUTORIZADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - ANS e OS REFLEXOS ECONÔMICOS PARA A POPULAÇÃO USUÁRIA.**

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno desta Casa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.” Soma-se a essa determinação regimental o disposto no art. 93, que determina como atribuição da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a análise de problemas econômicos.

O Brasil vive uma gravíssima crise na saúde pública, com problemas de orçamento, falta de medicamentos, atendimento precário nos hospitais públicos, entre outros, sendo que os planos de saúde (privados) atuam de forma a amenizar estes problemas do setor público e contribuir para a prestação de um serviço de saúde melhor.

Ocorre que os planos de saúde (privados) são reajustados anualmente pela Agência Nacional de Saúde – ANS bem acima



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Omar Aziz

da inflação (vide tabela abaixo), o que acaba impactando a vida de milhões de brasileiros que dependem deste serviço e que, a longo prazo, não poderão mais usufruir deste serviço pois não terão mais condições de custear, ocasionando o aumento da demanda pelo serviço de saúde pública, ou seja, o Sistema Único de Saúde – SUS.

Relação Reajuste dos Planos de Saúde x Inflação Oficial			
Ano	Reajuste autorizado pela ANS nos planos individuais	Inflação Oficial Anual (IPCA)	Relação Reajuste/Inflação
2014	9,65%	6,41%	1,505
2015	13,55%	10,67%	1,269
2016	13,57%	6,29%	2,157
2017	13,55%	2,95%	4,593
2018	10%	3,75%	2,666
2019	7,35%	4,31%	1,705
Total acumulado	89,60%	39,46%	

Fonte: ANS e IBGE

A despeito do tema ser mais afeto à competência da Comissão de Assuntos Sociais, o problema é de tal amplitude que a CAE não pode se furtar à obrigação de também contribuir na busca de soluções para o problema.

Neste sentido, propomos que esta Comissão se debruce na análise destas políticas públicas, sob a ótica de seus reflexos na atividade econômica e na vida de milhões de brasileiros que dependem dos planos de saúde, como forma de darmos nossa colaboração neste momento tão crítico.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Omar Aziz

Peço, portanto, o apoio de nossos nobres pares à presente proposta, assim como o seu valioso engajamento no enfrentamento desta questão.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2020.


OMAR AZIZ

Senador – PSD/AM

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos